

## EDITORIAL

Talvez uma das possibilidades de compreensão da contemporaneidade é perquirir o desenvolvimento da razão civilizatória em seus desdobramentos históricos e secularizados na modernidade. Nesse sentido, a partir de perspectivas metodológicas e genealógicas, Agamben perscruta ontologicamente o presente, e percorre acontecimentos com intuito de posicionar possibilidades, diagnósticos e interpretações, potencializando possíveis compreensões do presente, desde que a idéia de fundo seja ter acesso ao tempo presente. Seu pensamento percorre e fundamenta-se em análises cautelosas do Direito, da Filosofia, da Teologia, da Arte e, da Linguística, entre outras possibilidades.

O filósofo italiano aponta que a dinâmica da sacralização do mundo apreende os objetos de seu uso comum, aprisionando-os através de dispositivos, assim como vidas humanas são capturadas cotidianamente em sua condição meramente biológica, geridas, administradas e judicializadas. A cena contemporânea traz à tona vidas indignas de serem vividas, desnudadas pela lógica do poder soberano. Trata-se de fazer sobreviver indivíduos e populações. Nessa medida, Agamben apresenta a necessidade de profanarmos - paralisarmos a máquina biopolítica, governamental, administrativa e jurídica em curso - devolvendo-a política, a economia e o direito ao uso comum dos seres humanos.

Frente às provocações e inquietações que o pensamento de Giorgio Agamben permite, essa edição da Revista Profanações contribui com dez artigos, que nos instigam a desmistificar e compreender o presente no tempo que resta.

A primeira contribuição é de Elaine Pedreira Rabinovich, Pós-Doutora em Psicologia Ambiental pelo Instituto de Psicologia da USP, no artigo intitulado: **“A partir de Agamben: por um mais complexo conceito de infância e de história na psicologia”**, demonstra a possibilidade da historicidade a partir da infância. Ou seja, não haveria história nem transformações sociais se não houvesse a possibilidade de abertura para o “novo”. Porém, na presente perspectiva, “infância”

não implica necessariamente no “infantil”, mas, uma fissura para o mundo, presente em todas as etapas da socialização humana.

A Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires e Filosofia pela Universidade de Paris 8, Natalia Taccetta, que discute em seu artigo: “**Giorgio Agamben y el cine. De la historia cinemática de Warburg al cine que viene**”, o projeto-filosófico de Agamben a partir dos conceitos de vida e política no cinema como uma esfera do fazer humano. Entretanto, alguns escritos do filósofo nos permitem pensar os filmes como uma instância transcendental, atividade de potência para um cinema que vem.

Samantha Buglione, Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Doutorado Interdisciplinar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em co-autoria com Filipe Augusto Senff, Bacharel em Administração Pública pela UFSC e atualmente graduando em Filosofia pela mesma instituição, demonstram em seu artigo: “**Políticas governamentais de um regime de Estado de Exceção tipicamente brasileiro: o caso do Sistema Prisional Catarinense**”, os acontecimentos denominados calamitosos nos anos de 2012 e 2013 na área prisional da cidade de Florianópolis e nas medidas de segurança pública, movimento que repercutiu com a opinião pública. Na análise, dos autores, estes apontam o Estado de Exceção como paradigma adotado pelo governo estadual para combater a situação presente, entretanto, essa ação virou modelo permanente de governo.

A Doutora em História Cultural pela UFSC, Elanil Coelho e Bruno Marques Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela UNIVILLE, no escrito: “**Grafias urbanas: o patrimônio profanado pela pichação**”, descrevem como a estética da cidade recebe o foco ativo da troca de experiências sensíveis entre o expectador e o ambiente em questão. No texto, se percebe várias interpretações e funções que se atribuem às pichações no decorrer da história. Na contemporaneidade a pichação se move como postulado de “territorialização da cidade”. De forma instigante, a leitura permite reflexões do processo de profanação dos ambientes pichados, dito sob outra vertente, a pichação pode ser uma forma de tomar para si o objeto e conferindo-lhe um novo uso.

O artigo: “**Giorgio Agamben: Sobre la potencia de un pensamiento nunca escrito**”, o Doutorando em Filosofia pela Universidade Nacional de Córdoba, Manuel Ignacio Moyano, desenvolve uma análise da relação entre as noções de

“vida” e “voz” nas obras agambenianas, bem como, coloca em confronto os princípios de “potência” e “vida” como condição de neutralizar a ação violenta da “bio-tanato-política” em curso na civilização Ocidental.

Para o autor Raphael Guazzelli Valerio, Doutorando em Educação pela UNESP, no ensaio: “**Notas sobre as noções de resto, messianismo e tempo em Giorgio Agamben**”, podemos encontrar as bipolaridades e/ou duplicidades que os conceitos apresentam. No centro desses debates se localizam as estruturas do pensamento do filósofo ao colocar em jogo as referidas terminologias. O pesquisador analisa a questão do tempo em Agamben a partir da obra: “O Tempo que resta”, pensando os conceitos de resto, messianismo e tempo frente às estruturas da teologia cristã.

Nos escritos: “**Aproximações libertárias para uma desobediência ético jurídica da personalidade: o eu, o espelho e o Estado**”, o professor José Manuel de Sacadura Rocha, Mestre em Administração de Serviços pelo Centro Universitário Ibero-Americano, apresenta a condição do “espelho” como “desconstrução” da vontade potencial e, avalia os limites em responsabilizar o reflexo como categoria da construção do “eu”, movimento para além da tolerância sociopolítica em curso. Logo, a apresentação da “ética da personalidade”, como compromisso estético ao reivindicar um “eu”, confere a existência de uma “desobediência ética da personalidade” frente às formas de violência institucionalizadas pelo Estado.

No artigo: “**A formação do ideário e ações militares com foco no exército (1961 – 1964)**”, os autores, Sandro César Moreira, Mestre em Educação pela FURB e, o acadêmico de História da UEPG, Matheus Mendanha Cruz, expõem as estruturas que compuseram o imaginário militar nos períodos que antecederam a chegada ao poder em 1964, destacando as leituras políticas da realidade que contribuíram para tomada do Estado. Essas análises foram possíveis diante do cenário político mundial que se apresentava, bem como o discurso do medo apregoado pelos militares frente a um possível governo comunista. Sob tais argumentos, os militares se apresentaram como alternativa para manutenção da ordem.

Carolina Brognaro, Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, no texto: “**Regime Disciplinar Diferenciado (RDD): a exceção que se torna regra**”, aponta como o

ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo invoca a exceção para submeter presos a processos de violência, a partir do desenvolvimento de uma sujeição do indivíduo a abusos estatais legitimados, onde emerge o “não-cidadão”, entidade violada dos direitos fundamentais e, por consequência objeto da exceção. Portanto, o RDD se apresenta como mais um dispositivo político que gere a vida humana.

E fechando esta edição, em “**Hannah Arendt e o Conceito de Espaço Público**”, Mauro Sérgio Santos Silva, Mestrando em Filosofia Política (UFU) e Dennys Garcia Xavier, Pós-Doutorado em História da Filosofia Antiga (Univ. de Coimbra/UnB) e Doutor em *Storia dela Filosofia (Università degli Studi di Macerata - UNIMC)*, investigam no pensamento da politóloga alemã, elementos que propiciam a noção de esfera pública. Destarte, a busca dessa compreensão é resultado de um vasto caminho percorrido pelos textos de Arendt, ação que finda em uma visão global e ao mesmo tempo original no debate proposto. O autor apresenta o espaço público como o “espaço da administração técnica”. No argumento do palco, encontramos a relação da esfera como *lócus* da vida nua, ou melhor, onde a vida é apreendida, judicializada e domesticada.

Diante dessas dez contribuições analíticas e dos esforços da comissão científica da revista, alcançamos a terceira edição da Profanações. Ação esta que reafirma nosso comprometimento com a busca incessante do conhecimento a partir das contribuições do filósofo Giorgio Agamben. Nessa direção, os textos são primordiais para os estudiosos que pretendem compreender as estruturas, políticas, econômicas, jurídicas, estéticas, filosóficas e sociológicas da contemporaneidade, bem como os mecanismos de gestão e aprisionamentos que a vida hodierna está submetida. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Alceu Junior Maciel  
Felipe Onisto  
Jonas Fábio Maciel

Membros do GEA – Grupo de Estudo em Giorgio Agamben da Universidade do Contestado ([www.agambenbrasil.com.br](http://www.agambenbrasil.com.br))